



CD-ROM APOSTILAS PARA CONCURSOS

- 400 Apostilas específicas e genéricas. (PDF e Word)
- 45.000 Testes e exercícios.
- 5.600 Provas de concursos anteriores.

Por **R\$ 24,90**

Pague quando receber o CD-ROM! [Saiba como!](#)

[comprar](#)

Especificações do produto:

O CD-ROM contém 400 Apostilas digitais (INSS, Correios, BB, CEF, IBGE, PRF, PF etc.) específicas e genéricas para concursos, 45.000 exercícios + 5.600 Provas anteriores + dicas de estudo.

Conteúdo do CD-ROM:

Apostilas específicas dos Principais Concursos Públicos abertos e previstos!

E mais centenas de outras apostilas;
Provas e simulados;
Apostilas completas;
Apostilas completas (1º e 2º Grau completo);
Exercícios;
Legislação e Códigos;
5.600 Provas Gabaritadas nas áreas;
330 Modelos de cartas comerciais + dicas de estudo.

Por apenas **R\$ 24,90**

Pague quando receber o CD-ROM! [Saiba como!](#)

PEÇA AGORA

Entregamos para todo o Brasil.

ECONOMIA

I ECONOMIA-CONCEITO:

Diversos conceitos já foram formulados e são bem aceitos para a ciência econômica. Todavia, o que será citado a seguir consegue sintetizar o tema de forma objetiva, assim:

“Economia é a ciência que estuda a produção distribuição e consumo dos bens de serviços, com o objetivo aproveitá-los plena e combinadamente”.

Entenda-se de forma literal que, aproveitar os recursos **plenamente**, refere-se ao fato de evitar a toda prova a ociosidade dos recursos de produção quais sejam, terra,

trabalho, capital e capacidade empresarial, sendo este último incluso e aceito pelos economistas clássicos.

Já aproveitar os recursos **combinadamente**, refere-se ao fato de otimizar os resultados da produção, ou seja, definir corretamente o que produzir, como produzir e para quem produzir, dentro de infinitas possibilidades, neste caso, busca-se a produção ideal que: atenda as **necessidades dos consumidores**, ao **menor custo** e com **a melhor qualidade** possível, satisfazendo também a **maior remuneração** do capital investido.

1.1 – PROBLEMA CENTRAL DA ECONOMIA

Constitui-se indubitavelmente o problema central de qualquer economia decidir O que produzir?, Como produzir? e Para quem produzir? Sabe-se que escolher corretamente o investimento é tão importante quanto a torná-lo operacional. Definiremos a seguir individualmente o que vem a ser cada um deles.

1) O QUE PRODUZIR?

Diz respeito a definição de quanto e do que deve ser produzido. Sabendo-se que há infinitas possibilidades de investimentos, esta questão é decisiva para o fracasso ou o sucesso de qualquer economia. A União Soviética, por exemplo, no início do século XX, época da revolução socialista, optou por investir a maior parte de seus recursos produtivos nos setores de siderurgia e mineração, as conseqüências vieram no final do mesmo século, quando a União Soviética percebeu que não produzia bens de consumo modernos como computadores, celulares, aparelhos de fax e eletro-eletrônicos em geral, ao contrário possuía um parque industrial obsoleto, ao passo que os países capitalistas desenvolvidos oferecia uma confortável qualidade de vida, respaldada pela oferta de bens de

consumo modernos e de um desenvolvimento tecnológico em todas as áreas da economia. O país então, se fragmentou e o sistema comunista perdeu de vez a sua credibilidade.

2) COMO PRODUZIR?

Refere-se ao tipo de tecnologia implementado na produção. É o chamado know-how (como fazer), e ao mesmo tempo é uma tarefa complexa, pelo fato de requerer investimentos corretos nas devidas áreas de pesquisas científicas , ou mesmo de demandar do exterior o know-how mais adequado a produção.

3) PARA QUEM PRODUZIR?

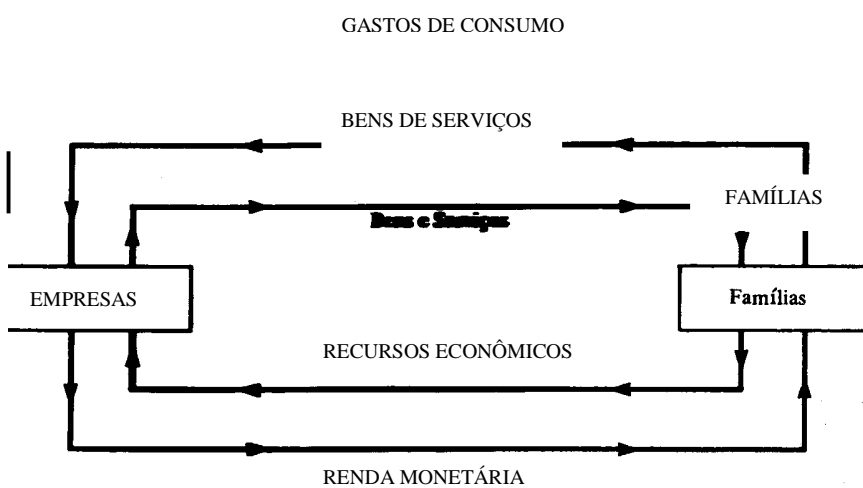
Trata de definir a forma como será repartida a produção, quem serão os consumidores do que será produzido.

OBS.: As questões o que, como e para quem produzir são equacionadas de formas diferentes e de acordo com o sistema econômico que prevaleça. Nos sistemas capitalistas a definição destes questionamentos são dadas pelo próprio mercado. Nos sistemas socialistas ou planificados, é o governo quem define o que, como e para quem produzir.

2 MICROECONOMIA

A microeconomia é a parte da economia que estuda a **formação e a composição dos mercados: de fatores de produção e de bens e serviços.**

5.1 - FLUXO CIRCULAR DA RIQUEZA:



JOHN MAYNARD KEYNES, economista inglês, em sua obra Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda, na busca de uma explicação para **grande depressão americana de 1929** que eclodiu em todo o mundo, esboçou pela primeira vez o **fluxo circular da riqueza**, além de conseguir explicar **sinteticamente e objetivamente** o que acontece na economia, detectou falhas que chamou de **vazamentos** e aconselhou uma maneira de equacioná-los, conforme esquema a seguir:

1º Poupança = Investimento

2º Impostos = Gasto Público

3º Importações = Exportações

Ou seja, equilibrar as contas de **poupança, impostos e importações**, com as de **investimento, gasto público e exportações** respectivamente.

3 MACROECONOMIA -CONCEITO

É a parte da economia que estuda os grandes agregados como: **Poupança, Consumo, Investimento, Renda Nacional, Produto Nacional, Inflação, Desemprego, Exportações e Importações , Taxa de Juros.**

Para enfrentar os problemas econômicos, a Macroeconomia estuda todos esses dados e formula a Política Econômica que deverá ser adotada, a mesma terá o nome de um plano econômico de acordo com o governo que implementá-la, como exemplo o plano Real foi implementado no governo do Presidente Itamar Franco, e é a Política Econômica que prevalece na atualidade

POLÍTICAS ECONÔMICAS - CONCEITO

São instrumentos utilizados pelo governo, legal lastreados por normas jurídicas com 6 (seis) objetivos quais sejam:

OBJETIVOS PRIMÁRIOS

- 1) Crescimento;**
- 2) Reduzir a inflação;**
- 3) Reduzir o desemprego;**

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

- 4) Melhorar a distribuição de renda;**
- 5) Equilíbrio no Balanço de Pagamentos;**
- 6) Otimizar a produção;**

Para isso, o governo usa as políticas econômicas, assim estratificada: monetária, fiscal, cambial e salarial.

- 1) POLÍTICA MONETÁRIA
- 2) POLÍTICA FISCAL
- 3) POLÍTICA CAMBIAL
- 4) POLÍTICA SALARIAL

1 – POLÍTICA MONETÁRIA

É o controle da base monetária que é composta pelos que os economistas chamam de M em que $M = M_1 + M_2 + M_3 + M_4$, donde

M_1 = depósito à vista em poder dos bancos + a quantidade de moeda fixa em poder da população.

$M_2 = M_1 +$ depósito a prazo

$M_3 = M_2 +$ depósitos em poupança

$M_4 = M_3 +$ saldo dos títulos públicos

A Política Monetária é praticada de três formas:

- ✓ **DEPÓSITO COMPULSÓRIO**
- ✓ **TAXA DE REDESCONTO, E**
- ✓ **OPERAÇÕES DE MERCADOS ABERTOS DE COMPRA E VENDAS DE TÍTULOS (OPEN MARKETING)**

Ora, controlar a base monetária significa: reduzi-la, mantê-la ou aumentá-la, de acordo com as metas estabelecidas para cada momento econômico.

DEPÓSITO COMPULSÓRIO:

é uma exigência legal que o BC, fez aos bancos, no sentido de que depositem obrigatoriamente com percentual de tudo que encontra-se depositado nas contas correntes de seus clientes.

Assim, se o governo quiser diminuir a base monetária num determinado momento, ele pode aumentar o percentual exigido a título de depósito compulsório. Essa medida faz com que sobre menos dinheiro para ser emprestado ao público.

Se quiser aumentar a base monetária, deverá adotar o oposto, ou seja, diminuirá o percentual exigido, a título de depósito compulsório isso fará com que sobre mais dinheiro para emprestar ao público.

Vale lembrar que o depósito compulsório é remunerado pelo BC e devolvido depois de um curto prazo de tempo, todavia, sempre será mantido um saldo médio fora do mercado, pois ao receber de volta esses recursos os bancos terão que realizar novos depósitos compulsórios referentes aos depósitos anteriores. A parte que sobra para que os bancos possam emprestar é chamada de faixa livre.

TAXA DE REDESCONTO:

Significa a taxa de juros que o BC pratica quando empresta dinheiro dos bancos. Neste caso, e sendo a taxa de juros o preço do dinheiro, aumentando-a diminuirá a demanda do público e vice-versa. Chama-se Taxa de Redesconto porque visando aumentar as garantias do empréstimo, o BC emprestará apenas um percentual daquilo que os bancos tiveram operados em forma de operações de crédito denominadas desconto bancário. Com isso, ao menos terá a certeza de que o banco tomador do empréstimo tem a receber do mercado uma quantia maior do que aquela que tomou emprestado.

OPERAÇÕES DE MERCADO ABERTO:

O governo pode também lançar mão desse recurso para controlar a base monetária , e quiçá, principalmente, para contrair empréstimos, com o objetivo de cobrir o seu déficit, pois geralmente no caso do Brasil, o governo gasta mais do que arrecada. O processo se dá da seguinte forma:

- Se quiser aumentar a base monetária por exemplo, o governo entrará no mercado vendendo títulos públicos, de diversa natureza como BBC, LTN, Precatórios. Entregará os títulos em custódia e receberá em troca dinheiro. O preço é a taxa de juro de remuneração desses títulos. A operação é realizada pelos bancos no momento em que compram esses títulos, como parte dos recursos que estão investidos em aplicações financeiras. Vale lembrar que o governo é o único vendedor que entra no mercado como vendedor e obriga que os compradores (bancos).

2- POLÍTICA FISCAL:

ao contrário do que muitos pensam, a política fiscal refere-se não só apenas ao controle da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhorias, mas também ao controle de gasto público.

Conjugada com a PM ou não, a PF, pode da mesma forma influenciar no controle da base monetária. A sua efetivação dar-se-á da seguinte forma:

Para aumentar a base monetária, o governo pode, por exemplo, aumentar os gastos públicos, e/ou diminuir os impostos.

Para diminuir a base monetária, o governo poderá tomar a medida oposta, ou seja, diminuirá os gastos públicos e/ou aumentará os impostos.

A PF. Não obstante ser um importante instrumento de política econômica, é inegavelmente burocrática, pois depende de aprovação do congresso nacional.

3- POLÍTICA CAMBIAL:

Ao contrário do que muitos pensam, a Política Cambial não se restringe apenas a determinação da Taxa de Câmbio, fatores como determinação de impostos, de votos de importação, determinação de votos de importação e exportação e de tarifas alfandegárias são também medidas de P.C.

A P.C. é a mais polêmica das políticas econômicas. Ao desvalorizar o real, por exemplo o governo aumenta as exportações, quem tem dólares, por exemplo passa imediatamente a ter uma quantidade maior de reais. Isso significa que se a taxa de Câmbio dor de $1 \text{ US\$} = \text{R\$ } 1,50$ e o governo entrar no mercado comparando dólares a $1 \text{ US\$} = 1,75$, quem possui, por exemplo $100.000 \text{ US\$}$, de um momento para outro aumentará o seu patrimônio de $\text{R\$ } 150.000,00$ para $\text{R\$ } 175.000,00$. A desvalorização da moeda geralmente atende as necessidades no curto prazo de aumentar as exportações para que o país receba mais dólares, pelas exportações e que eles possam honrar os compromissos de juros e serviços da dívida externa.

INFLAÇÃO - CONCEITO

Inflação: Inflação é o aumento sustentado e substancial no nível Geral de preços.

Ao longo do tempo, diversos conceitos foram formulados a respeito da inflação, e os economistas enveredaram por caminhos diferentes, cada um explicando de acordo com a percepção que mais se justifica, com a sua doutrina a origem desse fenômeno.

Assim, formaram-se escolas que as definiam-se da seguinte forma: de demanda, monetarista, de pressão de custos e inflação estruturalista.

O QUE É A INFLAÇÃO?

Afinal, o que essa coisa tão má que chamamos inflação? Mesmo sendo um fenômeno tão antigo e tão amplamente debatido, a apesar do enorme enriquecimento da literatura sobre este tema desde os anos 30, não existe uma definição geral que sirva para elucidar a natureza da inflação. Muito embora tenham sido feitas tentativas para isso, cada uma das principais escolas do pensamento econômico moderno tem sua própria visão sobre o tema e, portanto, sua própria definição de inflação.

Num esforço para simplificar as coisas, poder-se-ia classificar as diferentes definições da inflação em dois grupos principais: num deles se encaixariam aquelas que, por meio de uma descrição da observação ou percepção geral do fenômeno, procuram definir o objeto da inflação, que é o **aumento do nível dos preços** ; no outro, se agrupariam as definições referentes à natureza, isto é, as **causas básicas** que produzem o aumento do nível dos preços. Dentro deste segundo grupo estão incluídas as definições correspondentes as diferentes escolas de pensamento econômico.

DEFINIÇÃO DA INFLAÇÃO

Sintetizando e reunindo as diferentes características do fenômeno, pode-se dizer que a inflação é um aumento substancial e sustentado no nível geral dos preços.

AS CAUSAS DA INFLAÇÃO

Numa economia que funciona equilibradamente, isto é, que funcione bem, a geração e distribuição da renda nacional deve ser feita de tal forma que **o valor de todos os bens e serviços produzidos seja igual ao valor de todos os bens e serviços acumulados**. Nesse sentido, deve-se entender por valor de todos os bens e serviços produzidos num país a remuneração dada a todos os fatores que intervêm no processo produtivo: terra (ou matérias primas), trabalho (ou mão-de-obra), capital (ou empresários) e tecnologia. Esse valor inclui não só os lucros empresariais, o que já está implícito na frase anterior, mas também os impostos pagos ao governo. Por seu lado, o valor de todos os bens e serviços demandados representa o gasto que as diferentes unidades econômicas – indivíduos, famílias, empresas e governo – realizam para sustentar seu consumo e manter ou aumentar a capacidade produtiva mediante o investimento. **Quando a remuneração aos fatores de produção e o gasto total no consumo e investimento são iguais, há equilíbrio.**

A) O EXCESSO DA DEMANDA

A análise da inflação, do ponto de vista da demanda como fator inicial do processo, foi muito debatida no período em torno das duas guerras mundiais. Até então, a versão predominante era de tipo **monetário**: suponha-se que qualquer **processo inflacionário era causado por um aumento da quantidade de dinheiro em circulação, acima do crescimento da produção**. A partir dos estudos de **Keynes** sobre a maneira de financiar os

gastos bélicos, o nível de gasto nacional (ou demanda) começou a ser concebido como o principal determinante da elevação do nível de preços.

Para ver como se manifesta esse processo, suponhamos seu **nível de gasto além do que lhe permite a arrecadação dos impostos tradicionais**. Para isso, evidentemente, precisará buscar **fontes de recursos** adicionais (**como, por exemplo, crédito do Banco Central ou dívida pública interna ou externa**), usando-as **para financiar o déficit** entre as suas receitas e seus gastos. Geralmente, as decisões governamentais de gastar mais são tomadas em condições de conhecimento muito imperfeito daquilo que desejam fazer os demais agentes econômicos e sociais. Assim, pode acontecer que, quando o governo decide aumentar o nível de seu gasto total em consumo e investimento, a soma do gasto de consumo e **investimento dos demais (famílias e empresas) também aumenta**. Teríamos então a decisão do governo de aumentar seu gasto como ponto inicial para o começo de um processo de inflação. Mas, pode acontecer também que, mesmo que o governo mantenha seu gasto dentro dos devidos limites, os empresários decidam aumentar seus investimentos, ou as unidades familiares decidam aumentar seu consumo. Também pode ocorrer uma combinação de todos estes fenômenos ao mesmo tempo.

B) INFLAÇÃO DE CUSTOS

Um processo inflacionário pode ter sua origem, entretanto, num **desejo dos trabalhadores** de que o ritmo de **crescimento dos salários** se acelere mais rapidamente do que o correspondente à remuneração dos outros fatores. Desta forma, em vez de começar pelo aumento da demanda (seja do governo, seja do setor privado), o processo inflacionário pode começar por uma **pressão de custos**.

Diante dessa situação, **se os empresários cederem a tais pressões** (seja por um erro de cálculo ou por qualquer outro motivo, como, por exemplo, em resposta a indicações do governo para manter uma aparência de paz social), **precisarão de mais capital circulante para sustentar a produção e o emprego**. Ou, dito de outra forma, **terão de recorrer a um maior nível de financiamento ou endividamento**. Se o sistema financeiro concede o crédito solicitado, os empresários poderão **umentar os salários** e manter o nível de produção e ocupação. De todo modo, isto incidirá sobre o ritmo de crescimento dos preços.

C) A VISÃO ESTRUTURALISTA

Sobretudo nos estudos econômicos de origem latino-americana, a visão do processo inflacionário é essencialmente diferente daquela que analisamos até agora. Segundo essa **visão estruturalista**, a inflação não pode ser explicada exclusivamente por meio de excessos da demanda ou pressões de custo. Está vinculada também aos **desajustes e tensões econômicas e sociais** que surgem no desenvolvimento econômico dos **países não-industrializados**. Nessa interpretação, também não é possível atacar a inflação como base principalmente na política monetária.

Num enfoque de longo prazo, o **desenvolvimento econômico** dos **países não-industrializados** (e, no de curto prazo, o ritmo de crescimento entre um ano e outro nesses países) **depende fundamentalmente da evolução das exportações**. De um lado, a capacidade de exportação impõe um limite ao desenvolvimento da economia; de outro, a alta variabilidade das exportações – que em parte reflete sua **falta de diversificação** – imprime uma grande instabilidade ao crescimento econômico. Assim, quando as exportações de café, açúcar, algodão etc. **encontram condições favoráveis** no mercado internacional, **a receita correspondente cresce rapidamente**, imprimindo um **impulso expansionista a toda a atividade econômica**. O contrário acontece **quando os preços de exportação de tais produtos se enfraquecem** no mercado internacional; torna-se **impossível sustentar o**

nível das exportações, o que leva a uma **contração da atividade econômica e do emprego(recessão)**, e o processo culmina num **aumento do desemprego**

Além do exposto, o **baixo nível da poupança interna** é um problema estrutural que compromete a forma de **distribuição da renda** entre os consumidores, causando anomalias de mercado.

D) O ENFOQUE MONETARISTA

Outra forma de analisar o problema da inflação é a chamada **escola monetarista**,, segundo a qual **nem um aumento da demanda (seja do governo, seja do setor privado), nem uma elevação dos custos (sejam salários, matérias-primas, impostos, juros ou lucros), nem um problema estrutural (seja o desequilíbrio no balanço de pagamentos, insuficiência ou falta de diversificação da estrutura produtiva)** podem chegar a se manifestar na forma de um processo de elevação dos preços. **Segundo esta escola, a inflação só pode acontecer se forem financiadas as pressões que têm origem em qualquer um dos fenômenos anteriores.**

Examinando o conteúdo da proposição anterior, pode-se observar a evidente racionalidade a priori da postura monetarista. Com efeito, partamos do fato de que a disponibilidade de financiamento ou crédito é a que determina a quantidade de dinheiro existente em dado momento, e suponhamos que essa quantidade se mantém inalterada. Então, se o governo decide aumentar seu déficit, financiando essas necessidades adicionais, e manter constante a quantidade de dinheiro em circulação (ou sua expansão), isso resultará numa menor disponibilidade de recursos para atender às necessidades de financiamento do setor privado. Contra a crença geralmente mantida, esta situação não muda se o financiamento do setor público for feito no mercado de dívida (interna ou externa), em vez de ser feito no sistema bancário: o desvio de poupança para atendimento ao financiamento do setor público significará uma menor disponibilidade para o setor privado ou, pelo menos, uma

elevação da taxa de juros. De uma forma ou de outra, o setor privado se verá afastado de suas fontes de financiamento tradicionais.

Uma análise semelhante pode ser feita na pressuposição de que a expansão da demanda a ser financiada tenha sua origem num aumento da atividade econômica – seja do consumo, seja do investimento – do setor privado. Ou o setor público reduz suas necessidades de financiamento, ou não será possível atender à expansão adicional do setor privado sem efeitos inflacionários. Do ponto de vista monetarista, **a solução está em não aumentar o crédito, isto é, a quantidade de dinheiro em circulação.**

ECONOMIA NACIONAL: O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS 30 (TRINTA) ANOS; O MILAGRE BRASILEIRO; CHOQUES EXTERNOS; CRISE DA DÍVIDA EXTERNA; PLANOS HETEREDOXOS; PLANO REAL

O MILAGRE BRASILEIRO

PERÍODO (1967 a 1973)

Presidente: Castelo Branco (1964 a 1967).

Caracterizado pela criação do **PAEG (Programa de Ação Econômica dos Governos)** e pela adoção de Políticas fiscal e monetária contracionistas.

Apesar da queda da inflação, em **1964** era de **91,8%**, para **30,4% em 1967**, não houve crescimento sustentado da economia. As taxas eram as seguintes: **1964 (3,4%), 1965 (2,4%), 1966 (6,7%) e 1967 (4,2%)**.

Nesta fase foram criados: **Correção monetária,**
Caderneta de poupança,
Reforma bancária,
ORTN,
Títulos públicos,

Esses adventos, proporcionaram um ambiente propício para a adoção das políticas econômicas nesse período.

A equipe econômica da época era formada por: **Presidente Costa e Silva(Médici)**
Delfim Neto(Ministro da Fazenda)
Hélio Beltrão(Ministro do Planejamento)

A equipe apresentou um diagnóstico do quadro econômico da época e, para enfrentá-lo, as **“Diretrizes de Governo”**, além da síntese do **PED - Plano estratégico de desenvolvimento**.

POLÍTICA ECONÔMICA ADOTADA

INFLAÇÃO: As causas passaram a ser entendidas não só pela ótica da demanda, mas também associando o elemento pressão de custos. Os juros eram os principais vilões pois

na condição de custo do dinheiro, elevava os preços finais dos créditos e dos bens e serviços. até então as políticas econômicas adotadas eram as seguintes:

Política Fiscal contracionista

Diminuição do crédito,

Diminuição da disponibilidade da moeda,

Aumento das taxas de juros(Política monetária contracionista).

Entendido que a demanda não era mais a causa da inflação, essa política tornou-se obsoleta e, a partir de então, permitia-se o crescimento econômico com a eliminação dessas restrições e esperava-se que assim, as empresas reduzissem seus custos e colaborasse para o combate contra a inflação.

A inflação também foi combatida com a participação do **CIP (Conselho Interministerial de Preços)** que permitia a majoração de preços somente em função da comprovação de aumento convincente de custos.

Vejamos a seguir o comportamento da inflação e do **PIB** pelos dados a seguir:

Ano	Inflação (Deflator)	Taxa de Crescimento do PIB
1967	26,5%	4,2%
1968	26,7%	9,8%
1969	20,1%	9,5%
1970	16,4%	10,4%
1971	20,3%	11,3%
1972	19,1%	12,1%
1973	22,7%	14,0%

- **A inflação teve períodos de decréscimo**

- **O PIB teve incremento de crescimento.**

O milagre econômico para a ciência econômica foi um caso raro e trata-se de uma exceção a regra, pois o país experimentou elevadas taxas de crescimento do **PIB** concomitantemente ao decréscimo e estabilidade da inflação. Por conta das altas taxas de crescimento, esse período foi considerado o milagre brasileiro.

O último ano deste período foi marcado pelo aumento da inflação, o governo efetuou artifício estatísticos e conseguiu expurgar boa parte desse índice do aumento de salários, posteriormente esse fato fez com que milhares de trabalhadores reclamassem judicialmente as suas perdas.

CRESCIMENTO ECONÔMICO

COMENTÁRIOS

O setor que experimentou maior crescimento foi o industrial 13,3% foi a média anual. A indústria da construção civil conseguiu crescer 15% em média por ano.

A agricultura cresceu 4,5% contra 3% da taxa de crescimento demográfico.

O setor de serviços cresceu em média 11,1% ao ano, transportes e comunicações 13% em termos de média anual.

POLÍTICAS ECONÔMICAS ADOTADAS

POLÍTICA CAMBIAL: As chamadas minidesvalorizações cambiais (ocorridas em intervalos curtos), colaboram para o aumento da exportações, principalmente dos setores de manufaturas e de semi-faturados.

POLÍTICA DE INCENTIVOS FISCAIS: Foram beneficiados os seguintes setores:

- a) Bolsa de valores, com a criação dos Fundos 157, que recebia investimentos provenientes da aplicação de partes do imposto de renda,
- b) Importações de bens de capital
- c) Exportações de manufaturados
- d) Investimentos que aumentassem a capacidade produtiva.